

A TERMINOLOGIA DO EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO NO PORTUGUÊS EUROPEU: uma terminologia ambígua?

Ana Rebello de Andrade

Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC)¹

Cada vez mais intensivamente nas últimas décadas, o português europeu tem alargado o seu léxico através da adopção frequente de unidades lexicais (UL) estrangeiras. Este facto, deve-se, em parte, ao inevitável e saudável contacto que se estabelece entre as línguas, inseridas num mundo cada vez mais globalizado e também ao facto de Portugal ser um país importador de ciência e tecnologia.

A este fenómeno linguístico a que se atribuiu a denominação de **empréstimo linguístico**, corresponde, no português europeu uma terminologia que, do ponto de vista conceptual e denominativo, não se encontra, de forma alguma, normalizada, não possibilitando, por vezes, uma comunicação clara, explícita e eficaz entre especialistas e aprendizes.

Esta comunicação irá ser articulada em torno de três vertentes:

- Num primeiro momento, tentar-se-á dar conta do “estado da arte” relativo à terminologia do fenómeno enunciado;
- Num segundo momento, propor-se-á uma terminologia adequada dos pontos de vista conceptual e denominativo para este fenómeno, tendo em conta uma perspectiva da terminologia clássica (Teoria Geral da Terminologia) que se caracteriza, fundamentalmente, por ser normalizadora;
- Num terceiro e último momento tentar-se-á referir a variação existente no seio deste fenómeno à luz das novas perspectivas terminológicas presentes na proposta de Cabré (1999) – Teoria Comunicativa da Terminologia.

¹ A autora é membro do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), Bolseira de Doutoramento, ref.^a SFRH/BD/5442/2001 da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e Prof.^a Adjunta, do quadro, no Instituto Superior de Educação e Ciências.

1. O fenómeno do empréstimo linguístico no português europeu

No âmbito desta comunicação entender-se-á **empréstimo linguístico** como o fenómeno que consiste na passagem de unidades lexicais, morfemas ou acepções de um sistema A para um sistema B. Essa transferência pode ser interna – consistindo na passagem dessas unidades de um para outro registo numa mesma língua, – ou possuir um carácter, fundamentalmente, externo – assumindo o léxico de uma língua natural A unidades pertencentes a uma língua natural B. Ao falar-se de empréstimo linguístico externo considera-se, também, que o elemento integrante (morfema, unidade lexical – simples ou composta –, ou acepção) tenha sofrido um processo, que pode ser mais ou menos faseado², de lexicalização na língua de acolhimento.

Quanto ao processo de lexicalização referirei, apenas, aqui, uma integração parcial ou total da UL exógena no léxico da língua de chegada, através de uma progressiva conformação dessa mesma unidade com o sistema fonológico³, gráfico e ortográfico, morfológico, sintáctico e semântico da língua que recebe o empréstimo.

Embora se possa considerar a noção de empréstimo de uma forma lata – empréstimo de morfemas, acepções, estruturas sintácticas, etc..., no âmbito deste trabalho apenas serão tomados como exemplos empréstimos de unidades lexicais (simples ou compostas).

2. Estado da arte relativo à terminologia do P.E. utilizada para denominar o empréstimo linguístico externo.

As alternativas denominativas para o fenómeno atrás exposto variam com muita frequência, promovendo indesejáveis confusões para quem ensina e aprende linguística portuguesa.

De facto e, por exemplo, em Machado (1994: 109), empréstimos como (1) **futebol** (do ingl. *Football*) são considerados estrangeirismos a par de (2) *full-contact* (do ingl. *full-contact*).

² Sobre as fases de integração dos estrangeirismos no português veja-se Rebello de Andrade, Ana e António Lavouras Lopes. 1998. “Primeira fase da instalação do estrangeirismo”, in *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, pp. 77-89, Lisboa: APL

³ Em relação a este parâmetro, a unidade estrangeira sofre sempre alterações quando é pronunciada por falantes não nativos, visto haver logo substituições de fonemas inexistentes na língua receptora por fonemas nela existentes. Em rigor e sob esse prisma, tal como refere Correia (1999: 240), não existem “estrangeirismos”.

Também Costa (1990: 61 /24 e 1990: 16 /110) considera estrangeirismos, indiferenciadamente, (3) *diferendo* (do fr. *différend*) e (4) *best-seller* (do ingl. *best-seller*), (5) *mansarda* (do fr. *mansard*) e (6) *know-how* (do ingl. *know-how*).

Empréstimo e estrangeirismo são, de facto, termos diversos para conceitos diferentes, tal como o provam uma breve procura dos termos em dicionários de especialidade. Segundo Xavier e Mateus (1992: s.v. *empréstimo*) empréstimo (externo) é definido como: «Termo proveniente de uma língua estrangeira» sem mais explicitações. Mattoso Câmara Jr. (1977: s.v. *empréstimo*) citando Bloomfield define “empréstimos” como: «Acção de traços lingüísticos diversos dos do sistema tradicional». O mesmo autor (1977: s.v. *estrangeirismos*) refere-se ao “estrangeirismo” como «(...) os empréstimos vocabulares (v.) não integrados na língua nacional, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão e até na grafia, ou os vocábulos nacionais com a significação dos vocábulos estrangeiros de forma semelhante.»

Essa diferença conceptual entre empréstimo e estrangeirismo, à qual corresponde, teoricamente, uma diversidade denominativa, é frequentemente violada e os termos apresentam-se muitas vezes como sinónimos, conforme foi possível verificar nos exemplos apresentados.

A razão dessa sistemática transgressão ancora-se, a meu ver, sob duas ordens de diferentes ideias articuladas em Correia (1999: 239-240):

- Em primeiro lugar, assumindo-se como válidas as razões aduzidas por Rebello de Andrade (1995: 88-91)⁴ que, na esteira de Paiva Boléo (1965: 249), opta pelo termo *importação*, demonstra-se que o termo *empréstimo* – resultado de uma tradução francófona apressada, terminologicamente consagrado pelo uso, se mostra desadequado para denominar o conceito a ele associado, sobretudo pela sua opacidade.
- Em segundo lugar, defende-se que «a adopção simultânea da mesma denominação para conceitos diferentes, em níveis conceptuais diferentes» – visto que o termo *empréstimo* se desdobra, polissemicamente, em duas acepções, reportando, por um lado, ao fenómeno que consiste na pas-

⁴ Diz Rebello de Andrade (1995:89-91) *apud* Correia (1999:239): « Em primeiro lugar, este termo contém um carácter mais provisório do que o termo *importação*, visto que emprestar é sempre ceder por um determinado tempo. (...) Em segundo lugar, emprestar pode ser visto como o acto ou efeito de [fazer] um empréstimo, ou seja, como algo que cedemos livremente a alguém ou como algo que nos é cedido com toda a liberdade. A *importação* pelo contrário implica apenas a recepção de algo vindo do exterior. (...) Em terceiro lugar, o empréstimo engloba (...) “emprunts internes” (...). A palavra *importação* deixa de fora essas transposições internas (...). Importar palavras é sempre trazer de fora (de uma língua A) para dentro (para uma língua B).»

sagem de unidades de um sistema A para um sistema B, e por outro lado, designando a própria unidade importada que se adaptou ao sistema de acolhimento – «parece contraproducente, já que suscita frequentes confusões na comunicação de índole científica e pedagógica».

3. A terminologia do empréstimo linguístico no P.E. vista numa perspectiva da Teoria Geral da Terminologia (TGT)

A multiplicidade de denominações para um fenómeno linguístico relativamente complexo como o empréstimo lexical pode gerar alguma confusão na comunicação de índole pedagógica – neste caso na área da linguística.

A Teoria Geral Terminológica nasceu precisamente desta necessidade de a um conceito fazer corresponder uma denominação facilitando, assim, a comunicação especializada. Conforme afirma Cabré (1999: 72): «(...) a terminologia surge da prática, da necessidade que os técnicos e científicos têm de normalizar denominativa e conceptualmente as suas disciplinas com o objectivo de garantir a comunicação profissional e a transferência de conhecimentos⁵.»

A terminologia como prática sempre existiu, se tivermos em conta que qualquer âmbito especializado sempre exigiu terminologia específica. Não obstante, a terminologia, enquanto prática organizada e regulada, é, de facto, uma matéria muito recente.

Entre os anos 30 e 60 do século XX, a Escola de Viena, liderada por Wüster, preocupa-se, sobretudo, em “afinar” questões metodológicas e normativas, já que a terminologia é encarada como uma ferramenta de trabalho que deve servir, de forma eficaz, para desambiguar a comunicação científica e técnica. Só bem mais tarde, nos anos 70, é que surgem as preocupações teóricas sobre a natureza dos termos, dando origem à TGT. Cfr. Cabré (1999: 72 e segs.)

A TGT inspirada por E. Wüster nos anos 70 e desenvolvida pela Escola de Viena centra a sua atenção nos conceitos orientando os trabalhos terminológicos com vista a uma normalização, fruto de um consenso internacional, de conceitos e termos. O enfoque onomasiológico (parte-se do conceito para chegar à denominação) resulta duma lógica intrínseca desta proposta teórica que, na procura duma língua universal – a língua da ciência

⁵ No original encontra-se “ (...) la terminología surge de la práctica, de la necesidad de los técnicos y de los científicos de normalizar denominativa y conceptualmente sus disciplinas en vistas a garantizar la comunicación profesional y la transferencia de conocimientos.”

e da técnica –, visa uniformizar a comunicação especializada, valorizando e tentando assegurar a univocidade da comunicação profissional no plano internacional.

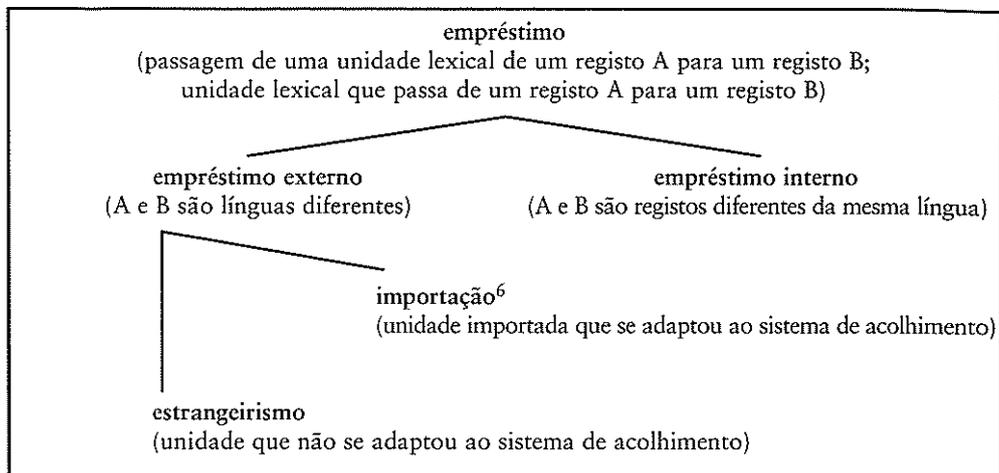
Se tivermos em conta esta postura teórica sobre a terminologia que, até há bem pouco tempo, se perfilava, neste campo, como o único modelo de análise credível, com um conjunto de princípios e fundamentos, capaz de levar a cabo uma actividade aplicada, sistemática e controlada, a terminologia do empréstimo linguístico no português europeu mantém-se um caso por “resolver”.

Tendo em conta o percurso onomasiológico no qual se valoriza o conceito e as relações conceptuais como unidades de análise para chegar às denominações (cfr. Cabré: 1999: 73), no sentido de uma normalização terminológica do fenómeno, propõe-se o seguinte:

- a) substituição da denominação **empréstimo** por **importação**, na senda de Paiva Boléo (1965: 249) que assim o propôs, visto que este termo se adequa, conceptualmente, à noção não só de “utilização”, mas, sobretudo, de “apropriação” pelo léxico do português de unidades lexicais pertencentes a outras línguas. **Importação** substituiria, assim, **empréstimo** na acepção relativa à unidade importada que se adaptou ao sistema da língua de acolhimento.
- b) manutenção da designação **empréstimo**, para designar o processo que consiste na passagem de uma unidade lexical de um registo A para um registo B – subdividindo-se em **empréstimo interno** e **empréstimo externo** que, não sendo uma denominação adequada do ponto de vista conceptual pelas razões que já foram referidas, é aquela que o uso consagrou.
- c) manutenção da designação de **estrangeirismo** para referir a unidade lexical estrangeira, que permanece, sobretudo, do ponto de vista ortográfico e morfológico grafada como na língua de origem, não tendo, portanto, sofrido qualquer alteração nesses níveis.

Utilizando um quadro representativo da hierarquia de conceitos relacionados com a denominação **empréstimo**, elaborado por Correia (1999: 240) a terminologia do empréstimo linguístico no português europeu poder-se-ia representar da seguinte forma:

Representação da hierarquia de conceitos relacionados com a denominação ‘empréstimo’



4. A terminologia do empréstimo linguístico no P.E. vista numa perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)

A variação terminológica presente no fenómeno linguístico em análise é perfeitamente justificável do ponto de vista científico se encararmos a terminologia numa perspectiva diversa da teoria clássica.

Wüster estabeleceu para a terminologia um objecto de análise e funções, demasiadamente restritivos, consolidados na forma de conceber a matéria e as aplicações e na excessiva uniformização preconizada.

O elemento-chave da “insatisfação”, perante a teoria clássica da terminologia, reside no “reduccionismo” da TGT, que afecta diferentes aspectos e práticas, nomeadamente e entre outros, a concepção global da unidade terminológica reduzindo-a à sua condição denominativa, assim como o esquecimento dos aspectos comunicativos dos termos com a consequente negação da variação formal e conceptual dos mesmos.

O carácter redutor desta proposta teórica reside, sobretudo, na forma estática de encarar as unidades, que se postulam como unívocas, levando-a a confundir o desejo com a realidade e escondendo, de facto, a dicotomia entre língua real e língua ideal. Conforme refere Cabré (1999: 77)⁷: «O silêncio sobre

⁶ No quadro original o termo aí utilizado é «empréstimo».

⁷ O original refere: “ El silencio sobre la variación formal e conceptual de las unidades especializadas, variación inherente al lenguaje y a la comunicación tanto general como especializada, ha generado un método de trabajo de base prescriptiva presentado válido para todo tipo de investigación, independientemente del tema de trabajo, de sus finalidades, de los contextos en que se realiza y de la tipología lingüística”

a variação formal e conceptual das unidades especializadas, variação inerente à linguagem e à comunicação tanto geral como especializada, gerou um método de trabalho de base prescritiva, considerado válido para todo o tipo de investigação, independentemente do tema de trabalho, das suas finalidades, dos contextos em que se realiza e da tipologia linguística. Simultaneamente, a rigidez na apresentação da unidade terminológica não permitiu analisar o seu inerente carácter poliédrico». De facto, se partirmos duma perspectiva da terminologia como uma matéria interdisciplinar que integra saberes procedentes das ciências da linguagem, das ciências cognitivas e das ciências sociais perceberemos que estes fundamentos “inspiram” uma unidade terminológica, eminentemente, poliédrica, já que ela é, ao mesmo tempo, uma unidade linguística, cognitiva e socio-cultural. (Cf. Cabré: 1999: 70).

Se pensarmos que os termos, do ponto de vista linguístico, são unidades dotadas de forma fónica e gráfica, estrutura morfológica, características gramaticais e significado próprio, encaramo-los como unidades lexicais que servem para a comunicação especializada. A TCT preconiza, precisamente, o princípio de que os termos são unidades lexicais de língua natural e não produtos de linguagens artificiais. Como tal, os termos exibem tal como as palavras de língua corrente, comportamentos de diversidade semântica e formal. Esta terminologia que se assume comunicativa – “in vivo”- por oposição à terminologia representacional – “in vitro” – (cf. Cabré: 1999: 80), propõe-se explicar, entre outros, fenómenos de variação como aqueles que ocorrem no caso da terminologia utilizada para designar o empréstimo linguístico no português europeu, explicitando que toda a comunicação em língua natural – e a terminologia está, neste paradigma, abrangida por esse escopo –, produz formas alternativas (empréstimo/estrangeirismo) de denominação de um mesmo conceito (sinonímia nas linguagens de especialidade). Também uma mesma denominação pode abranger, através da polissemia, conceitos ou níveis conceptuais diversos:

- empréstimo 1 – processo que consiste na passagem de unidades de um sistema A para um sistema B.
- empréstimo 2 – unidade – resultante do processo – utilizada num léxico A e anteriormente pertencente a um léxico B.

Essa variação, de que a terminologia do empréstimo linguístico no português europeu é bem exemplificativa, prende-se com o nível de especialização dos interlocutores e pode ser mensurável em três graus ou níveis (mínimo, intermédio e máximo). A variação mínima é própria da comunicação científica entre especialistas, a variação intermédia ocorre na comunicação natural entre especialistas e a variação máxima é própria do discurso de vulgarização. (cf. Cabré: 1999: 85).

Teria sido interessante elaborar uma proposta que tivesse em conta o caso terminológico do empréstimo linguístico no português europeu à luz desta última teoria. Essa proposta seria, seguramente, menos prescritiva – sendo certo, porém, que, em contexto de ensino-aprendizagem – e, sobretudo, em faixas menos próximas do ensino superior –, a uniformização decorrente da prescrição assegura uma comunicação com maior eficácia.

Os termos a propor, no seio da TCT teriam índices de fiabilidade e as alternativas denominativas estariam presentes e legitimadas.

Essa proposta que se encontra por fazer poderá ser objecto de futuras investigações onde se deverá constituir um corpus relativamente exaustivo dos usos dos termos-vedeta.

O caso terminológico do empréstimo linguístico no português europeu poderá, assim, ser resolvido de duas formas diferentes e alternativas que poderão co-existir para fins diversos.

5. Conclusão

Nesta comunicação tentou-se dar conta do fenómeno da terminologia existente no português europeu relativa ao fenómeno do empréstimo lexical, propondo alternativas denominativas e separando níveis conceptuais diversos, valorizando uma normalização com vista a assegurar uma comunicação especializada facilitada pela pretendida univocidade na relação conceito – termo. Esta proposta baseia-se, fundamentalmente, numa perspectiva clássica da terminologia que se ancora na Teoria Geral da Terminologia (TGT) proposta pela Escola de Viena e protagonizada por E. Wüster.

Tentou-se também referir a variação denominativa existente, explorando as novas perspectivas teórico-metodológicas que se perfilam no horizonte da terminologia moderna – Teoria da Terminologia Comunicativa (TCT) – justificando a multiplicidade denominativa existente neste âmbito e no português europeu através de alguns dos seus princípios e fundamentos.

Tal como defende Cabré (1999: 17): «Para mim, a terminologia, (...) é para além de tudo representativa da diversidade e essa diversidade manifesta-se nas distintas concepções que existem da disciplina, nas diversas matérias que a compõem e nas distintas funções que permite exercer, para além da variedade de práticas que oferece, da diversidade de utentes que dela se servem e da diversidade de organizações que dela tratam.»⁸

⁸ No original: « Para mí, la terminología, (...) es por encima de todo representativa de la diversidad, y esa diversidad se manifiesta en las distintas concepciones que existen de la disciplina, en las diversas materias que la componen y en las distintas funciones que permite cumplir, además de la variedad de prácticas que ofrece, de la diversidad de usuarios que se sirven de ella, de la diversidad de organizaciones que la tratan».

Foi essa diversidade na forma de encarar a terminologia que, longe duma concepção monolítica, procura integrar saberes e explicar questões, de modo eclético, que me levou, neste texto, a normalizar uma terminologia, não descuidando a explicação da variação presente na mesma, à luz de duas teorias que co-existem para finalidades diferentes.

Se a TGT possui um carácter fundamentalmente prescritivo e logo, normalizador, a TCT procura explicar o carácter, eminentemente, “comunicativo” da terminologia.

No seio deste trabalho, pareceu-me, por um lado, necessário propor uma normalização da terminologia do empréstimo lexical no português europeu, tendo em conta, sobretudo, a facilitação da comunicação no contexto do ensino-aprendizagem, ao longo de toda a escolaridade – ensino básico, secundário e superior.

Por outro lado, pareceu-me interessante poder explicar a diversidade denominativa à luz da reflexão metalinguística que nos é proposta na TCT.

A terminologia não se esgota, assim, nem em termos de concepção nem em termos de práticas, na prescrição e na recompilação de termos e elaboração de glossários/dicionários mas apresenta, actualmente, uma grande diversidade de concepções e práticas, consequência do carácter poliédrico dos termos.

Poder-se-á concluir que, neste texto, a terminologia do empréstimo no português europeu serviu de “pretexto” para se abordarem, ainda que de forma sucinta, princípios e fundamentos que alguns modelos teórico-metodológicos da terminologia moderna nos oferecem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRÉ, M. T. 1999 – “La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones – Propuestas para una organización de la terminología en Espanha” in *La terminología – Representación y comunicación*, Barcelona, IULA.
- CABRÉ, M. T. 1999 – “Elementos para una teoría de la terminología: hacia un paradigma alternativo” in *La terminología – Representación y comunicación*, Barcelona, IULA.
- COSTA, F. A. – 1990 – *Dicionário de Estrangeirismos*, Lisboa, Ed. Domingos Barreira.
- CORREIA, M. 1999 – *A denominação das qualidades – contributos para a compreensão da estrutura do léxico do português*, Diss. de Doutoramento apresentada à FLUL, Lisboa: a publicar.
- MACHADO, J. P. 1994 – *Estrangeirismos na Língua Portuguesa*, Lisboa, Ed. Notícias.
- MATEUS, M. H. e M. F. Xavier. 1990. *Dicionário de Termos Linguísticos*, Lisboa, Ed. Cosmos, APL/ILTEC.
- MATTOSO CAMARA JR., J. 1992. *Dicionário de Linguística e Gramática*, Petrópolis, Ed. Vozes, 16ª ed.
- PAIVA BOLÉO, M. 1965 – “O problema da importação das palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial os francesismos) em português” in *O Instituto*, vol.CXXXVII, tomo II, Coimbra, s/e.

- REBELLO DE ANDRADE, A. e A. Lavouras Lopes. 1998 – “Primeira fase da instalação do estrangeirismo”, in *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. I, pp. 77-89, Lisboa: APL.
- REBELLO DE ANDRADE, A. – *As palavras importadas no léxico da decoração*, Diss. de Mestrado apresentada à FLUL, Lisboa: inédita.